



SANTITUBO

COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, LDA

ANEXO II
DECLARAÇÃO

1 – **DIOGO HUMBERTO MARTINS SANTANA**, titular do cartão de cidadão com o número de identificação civil 13349814-0ZY8, emitido pela Republica Portuguesa, com validade até 01/10/2019, residente na Rua Poeta António Aleixo, 5 – r/ch , 8500-025 Alvor , contribuinte fiscal n.º 230723004, na qualidade de representante legal da sociedade **SANTITUBO, COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, LDA**, com o **contribuinte n.º 510.098.380**, adjudicatário do fornecimento do concurso público 04/SAPR/2017 – Município de Silves, declara sob compromisso de honra, que a sua representada:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;
 - b) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional);
 - c) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do nº 1 do artº 21 do decreto de lei nº 433/82, de 27 de Outubro, no artigo 45º da lei nº 18/2003 de 11 de Junho, e no nº 1 do artigo 460º do código dos contratos públicos;
 - d) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do nº 1 do artº 627 do código do trabalho;
 - e) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal);
 - f) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, acessória ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento.
- 2- O declarante junta em anexo os documentos comprovativos de que a sua representada não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e f) do artigo 55º do código dos contratos públicos.
- 3- O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra ordenação muito grave, nos termos do art.º 456 do código dos contratos públicos, a qual pode determinar a aplicação de sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal

Alvor, 21 de Fevereiro de 2017



SANTITUBO, COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, LDA